

DOCUMENTAÇÃO

O ensino diferenciado não se opõe ao princípio de igualdade

“A Constituição não proíbe o ensino diferenciado por sexos, admite-o”, disse o juiz presidente do 6º Senado do Tribunal Administrativo Federal, Werner Neumann. “Essa proibição só se admitiria”, prosseguiu o juiz, se o ensino diferenciado se opusesse aos “conhecimentos científicos reconhecidos entre os especialistas”; mas não é assim, visto o assunto continuar a ser controverso entre os peritos; talvez no futuro volte a ser recomendada a segregação por sexos, acrescentou Neumann. Daí, não ser admissível tornar obrigatório um único projeto educativo.

Com a sentença da instância suprema, de 30 de janeiro, punha-se fim a um litígio contencioso-administrativo de seis anos de duração e que tinha passado já por duas instâncias anteriores, ambas com decisões no mesmo sentido. Em 2007, uma Associação de pais apresentou um projeto de escola para a cidade de Potsdam, pelo que a aprovação do projeto competia ao Ministério da Educação do *land* do Brandeburgo. O projeto previa ensino diferenciado e a assistência espiritual por parte de sacerdotes da Prelatura do Opus Dei; a mesma associação de pais dirige, desde 1972, uma escola para raparigas em Jülich, cidade próxima de Aachen (esta também conhecida por Aixla-Chapelle) e Colónia.

O Ministério da Educação do Brandeburgo rejeitou o projeto alegando que o ensino diferenciado se opunha ao objetivo da igualdade dos sexos fixada na Constituição; segundo o Ministério, este objetivo só se pode conseguir com o ensino conjunto de rapazes e raparigas. No entanto, tanto as duas primeiras instâncias – o Tribunal Administrativo local e o do *land* –, como agora o Tribunal Administrativo Federal, deram razão à iniciativa dos pais, que apelaram contra a decisão do Ministério para os tribunais. Segundo a exposição do juiz presidente Werner Neumann, o Ministério deve aceitar a explicação do promotor da escola, segundo a qual o princípio de igualdade entre homens e mulheres também pode ser conseguido em aulas diferenciadas. Os proprietários de escolas privadas — prosseguiu o juiz — podem escolher livremente os métodos e as formas de organização das aulas, de acordo com os seus princípios pedagógicos.

Horst Hennert, gestor da promotora da escola, declarou depois da publicação da sentença: “Não existe razão alguma para

proibir um ensino diferenciado entre rapazes e raparigas”. Na Alemanha, existem bastantes escolas masculinas, sobretudo na Baviera e na Renânia do Norte-Vestefália. No Leste da Alemanha — a antiga República Democrática Alemã — seria, no entanto, o primeiro deste tipo. Segundo Horst Hennert, uma escola masculina é algo sensato, “porque os rapazes estão em desvantagem: 60% dos que terminam o ensino secundário são raparigas e 80% dos repetentes, rapazes. Na coeducação tem-se demasiado pouco em conta os rapazes”.

A ministra da Educação do Brandeburgo, Martina Münch (SPD – sociais-democratas), lamentou a sentença: “Segundo a Constituição do nosso *land*, ninguém pode ser discriminado pelo seu sexo. Estamos obrigados a procurar a igualdade entre homens e mulheres e, para isso, é de central importância o ensino conjunto de rapazes e raparigas”. No entanto, os partidos da oposição no Brandeburgo, CDU (democratas-cristãos) e FDP (liberais), mostraram-se satisfeitos com a sentença; o porta-voz da CDU para questões de ensino, Gordon Hoffmann, qualificou-o de “uma vitória para a liberdade de escolha. Os direitos e obrigações das escolas privadas estão fixados na Constituição. É vergonhoso que as escolas privadas tenham que lutar por esses direitos nos tribunais”. E o porta-voz do mesmo grupo parlamentar, Andreas Büttner, acrescentou: “A liberdade de escolha dos pais e o direito a fundar escolas privadas estão acolhidos na Constituição”.

A sentença de 30 de janeiro tem também repercussões económicas: a aprovação do projeto acarreta que a administração pública participe no seu financiamento, segundo um modelo similar aos acordos de concertação de Espanha ou às “écoles sous contrat” em França. Na Alemanha, o Estado assume aproximadamente 78% dos gastos comuns da escola privada.

Juridicamente, a sentença só é vinculativa para as duas partes; todavia, pode ter um certo carácter geral, pois, pela primeira vez, um Tribunal Federal constatou que um proprietário privado tem o direito a oferecer um tipo de ensino exclusivamente para rapazes ou para raparigas. Embora esta sentença não tenha repercussões nas escolas diferenciadas que existem hoje, tem-nas para o futuro: se cumprirem os requisitos legais, terão de ser autorizadas pelo correspondente Ministério.

J. M. G. P.

Com o ensino superior, terei um melhor trabalho?

Em média, 31% da população da OCDE (os países mais industrializados), entre os 25 e os 64 anos, finalizou o ensino superior, segundo o relatório “Education at a Glance 2012”. Por exemplo, num país como Espanha que também tem essa média, igualmente 29% das pessoas com idades entre os 25 e os 29 anos, as que são conhecidas como *Ni-Ni*, não estão nem empregadas, nem no ensino ou em formação profissional.

Mais rendimentos, menos desemprego

Os estudos internacionais mostram que um título de ensino superior garante melhores rendimentos e menos probabilidade de desemprego. O citado relatório “Education at a Glance 2012” destaca, relativamente ao rendimento económico dos estudos superiores: a) As pessoas com estudos universitários dos países da OCDE podem ganhar 55% mais do que aquelas que não têm um título superior. b) Uma pessoa sem o ensino secundário ganha 23% menos do que outra pessoa que o tenha concluído. c) Os ganhos que traz consigo o ensino superior aumentam com a idade. Entre os 25 e os 34 anos de idade, os possuidores de título superior ganharão 37% mais do que aqueles que não foram além do ensino secundário. Porém, ao chegarem à faixa dos 55-64 anos, os que têm formação superior irão ganhar 69% mais do que os que só têm a secundária.

Por exemplo, em Espanha, a vantagem média de rendimentos para pessoas de 25-64 anos com ensino superior, em comparação com pessoas que só têm o secundário, é, em média, de 41% (33% nos homens e 59% nas mulheres), ficando no lugar 24 entre os 32 países examinados.

Jovens sobre-educados

É verdade que, na atual situação de crise económica espanhola, o desemprego juvenil atinge tanto os que foram para a Universidade, como aqueles que não o conseguiram. Daí muitos jovens licenciados estarem a desempenhar trabalhos sem correspondência com os estudos que fizeram.

Já em 2010, a Fundación de las Cajas de Ahorros elaborou um relatório onde afirmava que a Espanha, com uma taxa de 25%, se situava no topo da OCDE quanto a empregados “sobre-educados”; isto é: pessoas que tinham um excesso de preparação académica para o tipo de trabalhos que faziam. A taxa média da OCDE em relação a esta variável era de 12%. Os responsáveis pelo relatório apontavam como causa desta situação um ensino universitário excessivamente

academista, com pouco conteúdo de aprendizagem prática. Destacavam igualmente a influência de um ensino secundário muito pouco competente, cujos efeitos se faziam notar no baixo grau de preparação com que os alunos chegavam à universidade.

Estados Unidos: universitários empregados de restaurante e taxistas

O problema da “sobre-educação” académica é também constatável noutros países, como é o caso dos EUA. Cerca de 48% dos licenciados norte-americanos, em 2012, desempenhavam trabalhos abaixo do nível dos seus estudos. Segundo o Center for College Affordability and Productivity (CCAP) existem hoje mais de 1,7 milhões de universitários que trabalham em empregos como caixas, empregados de restaurante ou profissões deste tipo. Por exemplo, 15% dos taxistas são universitários.

O desencanto universitário está patente, por exemplo, na descida de matrículas nas Faculdades de Direito (os pedidos para estudar lá são agora 38% inferiores aos de 2010). Em 2004, havia 100.000 pedidos, enquanto hoje são apenas 54.000. Entre os motivos para a descida estão o elevado custo das matrículas, que obriga os estudantes a terem de apresentar pedidos de crédito e a queda na contratação de licenciados em Direito. Se antes o título de advogado era um passaporte para bons rendimentos, agora já não o é.

Contudo, os estudantes de Medicina continuam a aumentar de modo constante: em 2001, eram 34.860 e, em 2012, ascendiam a 45.266.

De qualquer forma, o título universitário continua a ser uma proteção contra o desemprego. Nos EUA, a percentagem de desemprego atual é de 3,9% licenciados, contra os 8% dos que só fizeram o secundário (*high school*) e 11,7% dos que nem têm este grau de ensino.

Mais competitivos

Em face do desencanto de não haver trabalhos atrativos depois dos estudos superiores, economistas norte-americanos insistem que, um título, continua a tornar mais competitivo qualquer jovem que se apresente no mercado laboral. Richard Wedder, o diretor do citado CCAP, declarava recentemente ao “Christian Science Monitor” (28.1.2013) que o título superior é um fator importante para os empregadores no momento em que selecionam pessoal. Também se deve recordar que o desenvolvimento da tecnologia fez com que a mão de obra sem formação profissional já não seja necessária em muitas

empresas. O que os empresários procuram são trabalhadores que possam utilizar os últimos produtos tecnológicos.

Contudo, para que o título se traduza em prosperidade, também faz falta a criação de empregos a exigir essa formação. O CCAP, citando previsões do Departamento de Trabalho, afirma que, até 2020, sairão da Universidade 19 milhões de novos licenciados, enquanto o número de empregos, a exigir a posse do título referido, crescerá só 7 milhões.

O ensino universitário continua a fazer sentido para muitos. Mas para outros, segundo o "Christian Science Monitor", o melhor caminho depois do ensino secundário pode ser o dos *vocational learning*, ou seja, formação profissional de grau superior.

De tudo isto se deduz que os estudos universitários podem não ter uma recompensa imediata, embora tragam consigo um desenvolvimento cultural pessoal. Mas se forem feitos com aproveitamento, e nos primeiros anos de trabalho houver paciência, constituem um rentável investimento profissional e económico a médio e longo prazo.

Universidades prestigiosas apadrinham escolas com dificuldades

Um artigo recente do "The Washington Post" (1.2.2013) conta a atitude responsável da Universidade Johns Hopkins em relação ao seu meio social, no leste de Baltimore. Esta universidade, especializada em medicina, é vizinha de um bairro afetado pela delinquência e pela pobreza. A instituição universitária Johns Hopkins teve a energia suficiente para tentar ganhar duas batalhas em simultâneo: Por um lado, contribuir para proporcionar um melhor ambiente social que facilite a atração de novos alunos universitários. Por outro, desenhar um projecto de reurbanização, que inclui a aquisição de uma escola pública, a qual estava com dificuldades de viabilidade.

A escola primária e secundária patrocinada tem previsto deslocar-se este ano, da sua localização provisória, para outra zona de nova construção próxima da universidade. A esperança é que a nova escola, designada por Henderson-Hopkins, atraia famílias da classe trabalhadora para um lugar que antes era muito pouco atrativo. As autoridades afirmam ter ajudado centenas de famílias afetadas pelas obras de construção e que a escola irá dar prioridade de inscrição aos filhos destas famílias.

Há algumas iniciativas similares que conheceram sorte desigual. A Universidade da Pensilvânia deu o seu nome e apoio financeiro a uma escola pública conhecida como Penn Alexander, que na última década ajudou a rejuvenescer o oeste de Filadélfia. A Universidade de Stanford patrocinou uma escola secundária em East Palo Alto, Califórnia, mas também decidiu fechar outra escola primária em 2010, no meio do debate sobre a oportunidade da sua transformação. A Universidade de Colúmbia concedeu recentemente o seu apoio a uma escola pública de Nova Iorque. Segundo Susan H. Fuhrman, presidente do Grupo de Professores desta universidade, a iniciativa "é um risco (...). Mas se todas as universidades apoiassem o seu meio urbano, haveria um grande impulso. Somos vizinhos, e temos uma obrigação", afirmou Fuhrman.

Iniciativa em Oxford

Também as Universidades inglesas de Oxford e Oxford Brookes University estão a participar num programa escolar financiado pelo seu município, segundo informa o "Oxford Mail" (17.1.2013). É uma iniciativa para elevar o nível educativo das escolas nalgumas das zonas mais desfavorecidas da cidade. A medida acontece depois de um período de maus resultados escolares nos exames nacionais. Esta situação convenceu as autoridades civis da cidade a envolverem-se nas universidades e a investirem 300.000 libras (345.463 euros) em três anos.

O vereador de Oxford, Bob Price, afirmou: "Vamos apoiar os professores de modo a melhorar as oportunidades das crianças que vivem nas zonas mais desfavorecidas de Oxford. Isto terá um impacto muito positivo na economia da cidade, o que irá beneficiar todos os residentes".

Em França, a prestigiosa universidade privada École Libre des Sciences Politiques decidiu, em 2001, facilitar a entrada a alunos de escolas secundárias de zonas desfavorecidas. Também lhes ofereceu subsídios económicos. Uma década depois, a imensa maioria dos alunos terminava pontualmente os seus estudos.